



Wilson Pedrosa/AE

Sarney, presidente por mais 64 dias: a caminho da terra natal, com a certeza de êxito na transição para democracia

Sarney desiste da vida pública

— Mesmo certo de se eleger senador, presidente prefere voltar ao Maranhão para ler e escrever muito

FLAMARION MOSSRI

BRASÍLIA — O presidente José Sarney vai abandonar definitivamente a vida política dentro de 64 dias, quando passar o governo ao sucessor, Fernando Collor. Alegre em alguns momentos, magoado em outros, Sarney tomou o café da manhã, ontem, com um grupo de jornalistas que acompanharam sua carreira política desde o momento em que se elegeu deputado federal (1958) e integrou a ala bossa-nova da UDN. De volta ao Maranhão, depois de 15 de março, Sarney retomará a carreira de escritor e promete escrever "muito sobre ficção e realidade", segundo revelou.

Disposto a convencer todos de sua intenção, o presidente admitiu até vender o sítio de São José do Pericumã, a 60 quilômetros do centro de Brasília, uma de suas paixões. Enfático em alguns momentos da conversa, reticente em outros, Sarney recusou-se a fazer comentários sobre o governo de Collor: "Estou impedido de falar". E emendou: "Não posso dizer o que espero do novo presidente".

Embora seguro de que seria senador eleito pelo Maranhão ou por Goiás, o presidente reafirmou em vários momentos da conversa sua disposição de abandonar a política. E considerou a grande conquista democrática do seu governo o "êxito total" da transição do regime.

CRESCIMENTO

"O País não está parado, muito menos a economia", disse o presidente, saboreando suco de laranja e um pedaço de queijo-de-minas. Tirou do bolso uma folha de papel com dados do Banco Central para comprovar o que dizia. "Nossa economia cresceu 25% nos úl-

timos cinco anos", afirmou com satisfação. No governo Geisel, lembrou Sarney, o crescimento do Produto Interno Bruto foi de 38%. No governo Figueiredo, 13,89%. No dele, garantiu, são 23,79%, que atingirão 25% até o final do mandato.

Entre goles de café com leite adoçado com produto dietético, o presidente concordou com os comentários dos jornalistas de que a crise do álcool está desgastando muito o final de seu governo. "É verdade. Tudo que acontece de errado no Brasil a culpa é logo do Sarney", desabafou.

Lembrou que há mais de um ano os técnicos previram problemas no abastecimento a álcool, daí a decisão de importar metanol. "Nos Estados Unidos, o metanol vem sendo usado com sucesso", observou. "No Brasil, porém, qualquer juiz pode impedir que superemos a crise do álcool, proibindo o uso do metanol." O problema serviu também de pretexto para novas críticas suas à Constituição. Segundo Sarney, a nova Carta é que permite a qualquer juiz barrar quaisquer providências do Executivo, retardando soluções. O presidente destacou que a crise do Proálcool só po-

deria ser superada com a utilização do metanol.

CHANCES PERDIDAS

Voltando a falar da Constituição, Sarney queixou-se da demora do Congresso na aprovação do orçamento para este ano. "Acho que só lá pelo dia 10 de fevereiro o Congresso aprontará o orçamento", afirmou, para logo criticar: "Foi um absurdo o que aconteceu, com milhares e milhares de emendas, o que provocou um verdadeiro rateio entre parlamentares. Por isso é que digo sempre: a nova Constituição dificultou muito as ações do Executivo", censurou.

Para Sarney, duas grandes oportunidades de mudar o País foram perdidas, na elaboração da nova Constituição e na recente campanha eleitoral. "Nos debates da Constituinte faltou examinar, em profundidade, os problemas nacionais, suas origens e condições para resolvê-los. Na campanha eleitoral não houve debate sobre o que fazer com o Estado e com a Nação", notou.

— Por que o senhor não enviou proposta de Constituição ao Congresso Constituinte?

— Até pensei em submeter

um texto aos constituintes. Desisti, depois de alertado pelo doutor Ulysses. Ele me disse que o projeto do Planalto seria sumariamente arquivado.

— O senhor acha que a solução para a crise será o parlamentarismo?

— Acho. Sempre fui parlamentarista. Com o quadro atual, porém, o parlamentarismo não daria certo. Nos trabalhos da Constituinte fizemos reunião, aqui mesmo, no Alvorada, com lideranças partidárias, para examinar o parlamentarismo. Acabei desaprovando. Eles não queriam o parlamentarismo, mas o assembleísmo, isto é, o parlamentarismo sem possibilidade de dissolução do Congresso.

DO OUTRO LADO

Como num desabafo, terminando o café, Sarney lembrou seu "enorme trabalho" na Presidência, motivado inicialmente pelas condições em que assumiu a Presidência da República, com a morte de Tancredo Neves. "Foi tudo muito difícil, dramático até", declarou. "Afinal, eu vinha do outro lado, de outro partido. Não havia clima emocional e político para mudanças, para iniciativas." E queixou-se: "Para qualquer medida importante tinha de consultar o doutor Ulysses e o seu PMDB. Principalmente o doutor Ulysses, o nosso 'primeiro-ministro'".

O presidente recordou ainda o que considera sua iniciativa de discutir questões sociais com dirigentes sindicais, e mencionou os milhares de greves que seu governo enfrentou — "sem nunca radicalizar ou reagir com violência", comentou. Em sua opinião, nem sempre é possível evitar excessos, tanto em governos autoritários quanto em governos democráticos. "Nos dois casos há os que procuram criar excessos, mas vocês são testemunhas da minha tolerância, da minha compreensão", disse aos jornalistas. "Tudo fiz para garantir a transição. E consegui."

Pauta emperrada

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados começará o ano parlamentar, no mês que vem, com um problema do final do ano passado: a pauta de votação está obstruída por 36 projetos de aprovação ou renovação de concessões de rádios e televisões, que pela Constituição precisam de autorização do Congresso Nacional.

Dos 36 projetos, 34 estão com os prazos constitucionais vencidos. Com isso, nenhum outro assunto poderá ser apreciado antes deles. Tratam da renovação da concessão de nove emissoras de rádio e uma de televisão e da autorização de mais 22 emissoras de rádio e quatro de televisão, destas, uma no Ceará e três em Goiás. Antes da

vigência da atual Constituição, as concessões eram aprovadas pelo presidente da República. Agora, o presidente assina o ato, mas tem de submetê-lo à aprovação do Congresso, que pelo voto nominal de dois quintos de seus integrantes (198 deputados e 30 senadores) pode negar a concessão ou a renovação.

Dos 102 atos de concessão ou renovação encaminhados ao Congresso pelo presidente da República, apenas dois foram votados e aprovados pela Câmara e pelo Senado. Além dos 36 que começarão o ano na ordem do dia, outros 64 se encontram em exame na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação Social.